

PEC 65/2023

autoriza compra de papel podre de bancos privados pelo Banco Central. E QUEM PAGARÁ A CONTA É O POVO!

Se o Banco Central comprar papéis podres de bancos (a exemplo dos emitidos pelo Banco Master), ele vai apurar prejuízos bilionários, que serão transferidos para o Tesouro Nacional, ou seja, PARA O POVO PAGAR de várias formas, por exemplo:

- por meio do aumento da dívida pública;
- aprofundamento dos cortes de investimentos sociais, como saúde e educação, e demais restrições do arcabouço fiscal;
- mais contrarreformas que retiram e adiam direitos sociais;
- privatizações do nosso patrimônio público.



Você está sendo roubado para que fraudes de bancos sejam acobertadas.

A PEC 65/2023 pretende transformar o Banco Central em instituição intocável

A absurda proposta de emenda constitucional (PEC) 65/2023 quer alterar a Constituição Federal para tornar o **Banco Central INTOCÁVEL**, ou seja, nenhum dos poderes (Executivo, Legislativo, Judiciário ou Ministério Público) poderá questionar suas decisões ou exercer qualquer tipo de controle ou supervisão. O Banco Central ficará entregue, de vez, ao mercado financeiro e a serviço de bancos nacionais e estrangeiros.

O golpe já foi tentado antes

Há anos o Banco Central vem tentando adquirir papéis podres de bancos. Logo que decretada a pandemia da Covid-19 no Brasil, o Banco Central liberou [pacote](#) de alguns trilhões de reais em medidas de liquidez, de crédito e outras e, adicionalmente, incluiu na proposta de emenda constitucional (PEC) 10/2020 um dispositivo que permitia a aquisição de ativos privados problemáticos, isto é, papéis podres em poder de bancos, tendo o então presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, [declarado](#) que o volume desses ativos somava R\$ 972,9 bilhões! Mas o golpe alcançaria vários trilhões, como [noticiado à época](#). Na ocasião, apesar daquela PEC ter sido aprovada e transformada em Emenda Constitucional 106/2020, o mercado financeiro não conseguiu emplacar o golpe, diante da grande mobilização que revelou o escândalo por meio de várias atividades, inclusive o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 6417).

Economia

Ativos privados que BC pode comprar caso PEC seja aprovada somam R\$ 972,9 bilhões

Por Reuters | 09/04/2020 - 13:25



O novo instrumento de compra não abarca bolsa e cotas de fundos de investimento, ressaltou Campos Neto (Imagem: Reuters/Amanda Perobelli)

O Banco Central mira um universo de ativos privados de 972,9 bilhões de reais caso o Congresso aprove Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do orçamento de guerra,

A PEC 65 restaura o GOLPE DE TRILHÕES

De forma sorrateira e sob a desculpa de "manter níveis adequados de liquidez e a funcionalidade dos mercados", a PEC 65 autoriza o Banco Central fazer "negócios jurídicos" com entidades e fundos que atuam no mercado financeiro.

Ao não especificar que negócios jurídicos seriam esses, a PEC 65 dá um verdadeiro cheque em branco para o Banco Central, podendo gerar um GOLPE DE TRILHÕES PARA O POVO PAGAR, tendo em vista que os seus prejuízos são transferidos para o Tesouro Nacional e pagos pelo [Sistema da Dívida](#).

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em balcão de papéis podres de bancos

A PEC 65/2023 transforma o Banco Central em "entidade pública de natureza especial", desvinculada de qualquer órgão da Administração Pública, acima de qualquer controle institucional efetivo, ou seja, não terá que dar satisfações e **não poderá ser alvo de punição ou controle por qualquer poder constituído, ainda que adquira as dezenas de trilhões de papéis podres de bancos existente em suas respectivas carteiras há anos!**

A PEC 65 pretende transformar o Banco Central em entidade desvinculada de todos os poderes, completamente autônoma e livre para atuar como bem entender, sem controle ou fiscalização por parte de qualquer órgão, e sem ter que dar satisfações acerca dos prejuízos bilionários que gera e transfere para o Tesouro Nacional. A ausência de controle e regramento é tamanha, a ponto de o próprio Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal) vir a público [alertar para o risco](#) de aprofundamento das crises: "A autonomia do BC deve ser institucional, não um cheque em branco para ocupantes temporários."

A PEC 65 foi ditada por interesses do mercado financeiro, conforme textualmente citado em relatório apresentado à Comissão de Constituição e Justiça do Senado: a proposta está "em linha com os **Códigos de Transparência do FMI** e com as diretrizes de governança do **Banco de Compensações Internacionais (BIS)**", organismos que têm historicamente interferido em nossa soberania financeira e na geração de dívida pública sem qualquer contrapartida, tornando o rico Brasil um dos países mais injustos do mundo!

A independência já concedida ao Banco Central por meio da lei complementar 179/2021 tem que ser revogada e não aprofundada

O Banco Central já possui exacerbada autonomia em relação aos poderes constituídos, concedida pela Lei Complementar 179/2021, que também foi objeto de questionamento acerca de sua constitucionalidade junto ao STF (ADI 6696).

Essa autonomia tem viabilizado uma atuação cada vez mais perversa à economia produtiva, beneficiando somente a especulação, o aprofundamento da financeirização e o rentismo, com graves consequências econômicas e sociais.

Isso precisa ser revogado, mas a PEC 65 irá aprofundar a liberdade do Banco Central continuando provocando inúmeros danos à economia brasileira de diversas formas, por exemplo:

- Decisões sem fundamento técnico ou científico têm mantido a taxa básica de juros Selic em patamar exorbitante, amarrando a economia nacional;
- Sigilosos contratos de *swap*, uma verdadeira aposta, que garante a variação do dólar para privilegiados do setor financeiro e corporações ligadas ao grande agronegócio de exportação e mineração predatória;
- Prática de questionáveis mecanismos, como a [Bolsa-Banqueiro](#), mediante a qual remunera diariamente a sobra de caixa dos bancos, pagando-lhes elevados juros sobre dinheiro que sequer pertence a eles, causando uma falsa escassez de moeda no mercado que leva à explosão dos juros e à quebra das indústrias e demais empresas, aumentando o desemprego e travando o nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental, além de aumentar a chamada dívida pública em quase 3 trilhões de reais.

A PEC 65/2023 não corrige nada disso, pelo contrário, deixa o BC à vontade para continuar atuando em favor de interesses do mercado financeiro privado, em detrimento dos interesses nacionais e do povo brasileiro.

DIGA NÃO À PEC 65/2023!

O povo não pode pagar pela especulação e por fraudes de bancos privados.

Acesse aqui outros materiais e a versão em PDF desse folheto com links clicáveis



JUNHO / 2026



Coordenação Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

- SAUS, Quadra 5, Bloco N, 1º andar – Brasília/DF – CEP: 70070-939 – Edifício Ordem dos Advogados do Brasil
- Telefone: (61) 61 98581-2561 ● www.auditoriacidada.org.br
- E-mail: contato@auditoriacidada.org.br

Estamos também nas Redes Sociais:



/AUDITORIACIDADA.PAGINA



/AUDITORIACIDADABR



/AUDITORIACIDADADAVIDA



/AUDITORIACIDADA